

Editorial

Alterações no contexto mundial, provenientes de profundas modificações socioeconômicas, ambientais, tecnológicas e políticas estão influenciando a evolução das economias e das sociedades e, certamente, afetarão a direção e o ritmo das mudanças tecnológicas e das descobertas científicas, provocando mudanças nas atividades e nas políticas futuras de investimento na área da Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI).

Por essa razão é que a pesquisa pública desempenha um papel fundamental nos sistemas de inovação, proporcionando novos conhecimentos e *know-how*, que podem melhorar as novas tecnologias para fins sociais e econômicos.

A pesquisa associada ao setor público continuará a desempenhar papéis centrais no desenvolvimento de conhecimentos e habilidades. No entanto, mudanças profundas na cultura acadêmica serão necessárias para realizar todo o potencial de uma ciência mais aberta.

As universidades e institutos de pesquisa públicos frequentemente realizam pesquisas de longo prazo e de maior risco. Muitas, são pesquisas aplicadas e de desenvolvimento experimental que tem um potencial imediato de gerar benefícios sociais tangíveis. Em seu papel de financiadores e ofertantes de pesquisa pública, os governos têm o potencial de influenciar sistemas científicos nacionais e globais, muito além das fronteiras administrativas e institucionais do setor público.

Contudo, devido às sucessivas crises econômica globais, é improvável que os gastos públicos destinados à Pesquisa & Desenvolvimento aumente. Ao contrário, um declínio no financiamento público das universidades já é perceptível em muitos países. Pode-se afirmar que a necessidade de investimento em CTI tem sido confrontada com uma forte restrição de recursos.

A capacidade de ação dos governos enfrenta dificuldades, em função de suas dívidas públicas aumentadas, de uma possível erosão da coesão social e, em alguns casos, das ameaças à segurança internacional. Esses fatores, sem sombra de dúvida, comprometem o papel da CTI no que diz respeito ao enfrentamento dos desafios futuros.

O exemplo está em nossa própria casa, pois embora o Brasil continue sendo a sétima maior economia do mundo, seu crescimento estagnou nos últimos dois anos. A

atual crise financeira trouxe graves consequências para o universo da CTI, dificultando o acesso aos recursos financeiros e reduzindo o nível de empreendedorismo.

Nas últimas décadas o Brasil vem investindo cada vez menos em CTI, fato esse que já vem ocorrendo desde a década de 1990 e traz como consequência a perda de competitividade frente aos países emergentes, como a China, Rússia e Coreia do Sul. Dados do World Economic Forum (2017) mostram o Brasil ocupando a 81ª posição no ranking de Produtividade e Competitividade em Inovação, enquanto a China está em 28º e os Estados Unidos, em 3º lugar.

O governo brasileiro consolidou seus programas de apoio aos negócios para torná-los mais acessíveis e mais eficientes em termos de custo e, de modo a melhorar o desempenho do país e aumentar a produtividade através da inovação, introduziu uma nova legislação, a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI) 2016-19, que busca investir até 2019, o valor de 2,0% do PIB em gastos com CTI.

Entretanto, a recuperação econômica ainda é fraca e incipiente, devido às consequências da queda dos preços das commodities e do nível de atividades industriais e de serviços ocorridas ao longo dos três últimos anos. A verdade é que precisamos investir pesado em educação e montar um sistema de inovação dinâmico e eficiente, capaz de concorrer, inclusive, com as grandes potências.

É através da CTI que um país agrega valor à sua economia além de aumentar sua competitividade no mercado internacional. Caso contrário, será eternamente fornecedor de matérias-primas para os países mais ricos e terá comprometido toda e qualquer possibilidade de um futuro mais competitivo.



Elenice Rachid
Editora Chefe da RIC